IV enanparq
Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

CONSTRUINDO UMA METODOLOGIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A PROMOÇÃO DE MELHORIAS HABITACIONAIS EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS: ESTUDOS DE CASO NA ROCINHA, RIO DE JANEIRO E NO MORRO DO PALÁCIO, NITERÓI.

SESSÃO TEMÁTICA: MORADIA DIGNA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: COMO OS ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO ESTÃO AVANÇANDO?

Gerônimo Leitão
Professor Adjunto EAU-UFF / Coordenador
geronimo_leitao@uol.com.br

Ronaldo Brilhante
Professor Adjunto EAU-UFF
rmbrilhante@icloud.com

Carolina Kroff
Mestranda PPGAU-UFF
crkroff@hotmail.com

Honorio Magalhães
Mestrando PPGAU-UFF
hpppmn@hotmail.com

Paula Silva; Ana Carolina Machado; Thamyres Lyrio
Graduandas EAU-UFF

CONSTRUINDO UMA METODOLOGIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A PROMOÇÃO DE MELHORIAS HABITACIONAIS EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS: ESTUDOS DE CASO NA ROCINHA, RIO DE JANEIRO E NO MORRO DO PALÁCIO, NITERÓI.

RESUMO

Em 24 de dezembro de 2008, foi sancionado o projeto de lei Nº 11.888, que “assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no artigo 6º da Constituição Federal”. Foi pensando no papel da produção acadêmica para o fortalecimento de dessas iniciativas que iniciamos, em maio de 2015, o projeto de extensão universitária “Construindo uma Metodologia de Assistência Técnica para a Promoção de Melhorias Habitacionais em Assentamentos Informais”, no âmbito da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Deste modo, apresentamos os resultados preliminares de nossas atividades, que tem por objetivo desenvolver metodologias capazes de gerar uma maior aproximação entre os saberes populares e técnicos, no intuito de produzir soluções construtivas satisfatórias para a promoção da melhoria das condições de habitabilidade das moradias em assentamentos informais. A escolha da Rocinha, na Cidade do Rio de Janeiro, e do Morro do Palácio, em Niterói, ocorreu por as considerarmos representativas do quadro de produção da habitação informal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Deve ser ressaltado que nas áreas onde foi realizado o projeto de extensão observa-se a incidência de doenças alérgicas, respiratórias e de veiculação hídrica, decorrentes das precárias condições da moradia. As intervenções propostas visam contribuir para a melhoria desse quadro de insalubridade; além de corresponder às demandas referentes à estabilidade estrutural, ao conforto térmico, à acessibilidade e à redução do consumo de energia. O trabalho aborda, também, a necessidade de construção de formas de representação das propostas, de modo a possibilitar uma maior interação com os moradores. Por último, promovemos uma discussão sobre práticas usuais na produção da moradia na favela e os desafios enfrentados para reverter esse quadro.

Palavras-chave: Assistência técnica. Assentamentos informais. Metodologia de projeto.

BUILDING A METHODOLOGY OF TECHNICAL ASSISTANCE FOR IMPROVEMENTS TO PROMOTE HOUSING IN INFORMAL SETTLEMENTS: CASE STUDIES IN ROCINHA, RIO DE JANEIRO AND THE MORRO PALACE, NITERÓI.

ABSTRACT

On December 24, 2008, it was sanctioned the bill No. 11,888, which "guarantees the right of low-income families to the public and free technical assistance for the design and construction of social housing, as part of social law housing provided for in Article 6 of the Constitution. " Was thinking about the role of academic research to strengthen these initiatives we started in May 2015, the university extension project "Building a Technical Assistance Methodology for Housing Improvement Promotion in Slums", within the School of Architecture and Urbanism of the Federal Fluminense University. Thus, we present the preliminary results of our activities, which aims to develop methodologies capable of generating a greater approach between the popular knowledge and technical, in order to produce satisfactory constructive solutions to promote the improvement of living conditions of houses in settlements informal. The choice of Rocinha, in the city of Rio de Janeiro, and Hill Palace in Niteroi, occurred representative consider the informal housing production framework in the metropolitan area

of Rio de Janeiro. It should be noted that in areas where we carried out the extension project observed the incidence of allergic, respiratory and waterborne, resulting from poor housing conditions. The proposed interventions aim to contribute to the improvement of this unsanitary environment; addition to meeting the demands regarding structural stability, thermal comfort, accessibility and reducing energy consumption. The work also addresses the need to build forms of representation of the proposals, in order to enable greater interaction with the locals. Finally, we promote a discussion on the usual practices in housing production in the slum and the challenges to reverse this situation.

Keywords: Technical assistance. Settlements informal. Project methodology.

1. INTRODUÇÃO

A luta pelo acesso à assistência técnica em habitação popular, no Brasil, é algo que remonta a década de 1970. A percepção de que os esforços das pessoas mais pobres para construir suas casas poderia alcançar melhores resultados - em termos de custo e qualidade de construção - ocorre no mesmo instante em que o número de favelas nas grandes cidades brasileiras está aumentando. Sobre o movimento pelo direito à assistência técnica, Jeferson Salazar - Presidente da Associação Nacional de Arquitetos (FNA) - aponta:

> *...remonta ao ano de 1976 a primeira proposta de assistência técnica, denominada de Assistência Técnica à Moradia Econômica - ATME, apresentada pelo então presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Rio Grande do Sul, Clóvis Ilgenfritz. Eleito posteriormente deputado federal pelo PT/RS, Clóvis Ilgenfritz, apresenta em 2002 o primeiro Projeto de Lei federal sobre o tema. Com a desistência de Ilgenfritz de concorrer à reeleição, o deputado federal Zezéu Ribeiro (PT/BA), também arquiteto e urbanista, ex-presidente do Sindicato dos Arquitetos-BA, abraçou a causa. Em 2005, a FNA liderou no País a organização de seminários para que a Assistência Técnica Pública e Gratuita pudesse ser uma bandeira de fato não só dos arquitetos e urbanistas, mas também dos movimentos populares e da sociedade de uma maneira geral. (...) Conseguimos alguns avanços, porque a Lei da Assistência Técnica não trata da Assistência Técnica apenas como Individual, mas também da Assistência Técnica Coletiva. (Salazar; Stroher, 2014, p. 17).*

A aprovação, em 2001, do Estatuto da Cidade - um conjunto de instrumentos jurídicos que permitem a implementação de políticas urbanas socialmente justa - e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, representa uma nova perspectiva na produção da habitação social no país. Da mesma forma, a aprovação da Lei de Assistência Técnica, em 2008, parecia confirmar esse cenário favorável para a construção de novas estratégias de desenvolvimento urbano. No entanto, como Laisa Ströher declarou:

> *Apesar desse contexto aparentemente favorável não tivemos avanços significativos no que se refere à implementação de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais para concretizar esta conquista. Na escala nacional, houve apenas uma experiência efêmera de um programa, entre 2007 e 2011, voltado ao financiamento de serviços de Assistência Técnica aos municípios. Infelizmente, o programa teve uma abrangência reduzida, além de dificuldades no seu desenvolvimento (em um estudo realizado pela FNA em dezembro de 2012, 81% dos contratos não tinham, até aquele momento, sequer iniciado). A partir desta constatação, a FNA através da sua participação no*

> *Conselho Nacional das Cidades vem lutando para que o programa seja retomado e revisto, visando uma maior abrangência e facilitação na sua implementação (Salazar; Stroher, 2014, p. 6).*

Quando observamos os gargalos para a implementação efetiva da Lei de Assistência Técnica, há a questão da formação dos arquitetos brasileiros, como destacado por Jeferson Salazar:

> *nós temos um problema quanto à nossa formação de arquitetos e urbanistas, porque nós aprendemos que o nosso cliente é aquele que pode pagar. Então a nossa visão de prestação de serviços é uma visão elitizada. Nós não aprendemos na Universidade como lidar com os clientes que mais precisam, que são os movimentos populares, a população de baixa renda. Eles não têm o dinheiro para pagar, mas nós temos uma Lei que obriga o Estado a remunerar o profissional que presta esse serviço. (Salazar; Stroher, 2014, p.18)*

Neste artigo, discutimos a possibilidade de um novo papel da Universidade no processo de construção de um programa de assistência técnica para as famílias que vivem em favelas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através do desenvolvimento de metodologias que permitam um melhor diálogo entre moradores, arquitetos e estudantes que participam de um projeto de extensão para melhorias habitacionais na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, e no Morro do Palácio, em Niterói.

A equipe (dois arquitetos-professores, dois estudante-arquiteto do Programa de Mestrado e um grupo de três estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense), a partir do desenvolvimento de projeto arquitetônico de novas casas com demandas distintas, procurando não só atende-las, como também, promover um debate sobre os limites, dificuldades e possibilidades neste trabalho de assistência técnica em comunidades de baixa renda.

Acreditamos que este artigo – resultante de um trabalho de projeto de extensão acadêmica da Universidade Federal Fluminense – irá contribuir com subsídios para o ensino de projeto arquitetônico de estudantes de pós-graduação, a adição de novos dados para os estudos voltados para a construção de propostas de apoio técnico, e metodologias de desenvolvimento de assistência técnica voltadas para população de baixa renda, que seriam atendidas pela lei de AT.

2. DISCUSSÃO

Em 2014, uma ampla discussão sobre a questão da assistência técnica foi realizada no Brasil, organizado pela FNA (Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas) com o apoio do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e outras entidades profissionais, como o SARJ (Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Rio de Janeiro) e movimentos sociais populares. Resultado de uma oficina realizada para a discussão do assunto, incluiu 28 palestras sobre experiências ou propostas sobre a aplicação da lei, considerando-se limites e possibilidades, em particular, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com os coordenadores do evento, Jeferson Salazar e Laisa Ströher, a política habitacional brasileira está focada atualmente na construção de novas unidades, com o programa Minha Casa Minha Vida, que visa contemplar diretamente os interesses da indústria da construção, não considerando as reivindicações dos movimentos populares e as aspirações dos arquitetos e urbanistas, deixando de lado a questão da melhoria da habitação em favelas. Ainda em uma perspectiva crítica sobre a política habitacional implementada pelo governo brasileiro, Marcelo Edmundo, coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP), aponta que, mesmo com a criação da entidade chamada Minha Casa Minha Vida – que forneceu a produção de habitação com assistência técnica e gestão pelos movimentos sociais organizados – não conseguiu chegar a uma solução adequada porque ela só permitiu, até o momento do evento, 70 unidades construídas - em um universo de 95.503 unidades entregues por Minha Casa Minha Vida no estado (Ministério das Cidades, 2015).

Discutindo a necessidade de promover a melhoria das habitações construídas em favelas pelo sistema de auto-construção, Mariana Estevão, da ONG Soluções Urbanas, chama a atenção para a necessidade de enfrentar o déficit qualitativo em um país onde a maior parte de sua produção de habitação é informal, comprometendo a segurança dos moradores e impactando o ambiente com resíduos de construções não planejadas, sem assistência técnica adequada. Neste sentido, o arquiteto pontua como diretrizes, para a efetiva implementação da Lei de Assistência Técnica: a qualificação do trabalho e da viabilidade de acesso ao financiamento de materiais de construção, para promover melhorias habitacionais.

Esta política seria particularmente relevante na cidade do Rio de Janeiro, onde cerca de um quinto da população vive em favelas. Portanto, há uma situação paradoxal em favelas urbanizadas nos últimos 20 anos pelo governo da cidade do Rio de Janeiro: muitas vezes as famílias não são beneficiadas das melhorias geradas pela implementação de infraestrutura pública, porque suas casas não têm instalação de esgoto adequada. Sobre esta questão, afirma o presidente do CAU-RJ, Sydnei Menezes:

Não tem cabimento, por exemplo, a conclusão de uma intervenção física urbana de melhorias para uma determinada área de cidade, integrando-a a malha urbana formal da cidade, sem levar melhorias para as unidades. (Salazar; Stroher, 2014, p.22).

Também é importante destacar a possibilidade de assistência técnica coletiva, como afirma Regina Bienenstein, coordenadora do Centro de Estudos de Habitação Projetos Urbanos da Universidade Federal Fluminense. Neste sentido, o trabalho de uma equipe multidisciplinar e independente pode contribuir para o desenvolvimento de projetos urbanos em assentamentos informais, mais adaptados às exigências e necessidades dos moradores. Esta ação – semelhante aos propostos pela "advocacia do planejamento" – também aumentaria as possibilidades de ação de líderes comunitários nas negociações com o Estado.

Desta forma, deve-se ressaltar que a implementação de uma política pública de assistência técnica à população que vive em favelas pode não só garantir a esses moradores uma melhor qualidade de vida como reduzir significativamente a incidência de doenças associadas a patologias construtivas.

2. ÁREAS DE ESTUDO

2.1 ROCINHA

Ocupando uma área de aproximadamente 453.440 metros quadrados na encosta dos morros Dois Irmãos e Laboriaux, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, com uma população de aproximadamente 100.000 - de acordo com dados de 2010 do Censo -, a Rocinha é limitada em sua menor parte pela auto-estrada Lagoa-Barra (RJ-071) e se move para cima, para os pontos mais altos, na fronteira com a Estrada da Gávea. A área ocupada pela favela apresenta uma forma de concha e é formada por uma parte plana que constitui o núcleo central, perto da entrada do túnel Dois Irmãos, crescendo, logo depois disso, em direção às ladeiras muito íngremes que conduzem ao topo do morro. Rocinha tem em seu entorno os bairros da Gávea e São Conrado - duas das áreas residenciais de maior renda do Rio de Janeiro (Figuras 1 e 2). A área ocupada pela Rocinha tinha, originalmente, características rurais. Em meados dos anos 1920, os primeiros registros apontam a existência de uma grande fazenda, parcialmente ocupada, no lugar. O primeiro censo da população na Rocinha, feito em 1950, aponta a existência de 4.513 habitantes em uma área que, devido à dispersão das casas e ao caráter rarefeito da ocupação, apresentaram características que diferem daqueles observados em outras favelas cariocas, onde uma densidade maior de construções podia ser visto. Vinte anos depois, em 1974, um novo

censo - desta vez feito pelo Escritório Geral de Segurança Pública - apontou a presença de 33,790 habitantes, que vivem em cerca de 7.500 casas. Entre os fatores que contribuíram significativamente para a expansão acelerada na ocupação da Rocinha foi o aparecimento, no final de 1960, de uma nova fronteira de expansão urbana na orla do Rio de Janeiro: a Barra da Tijuca, cujo plano de ocupação havia sido concebido pelo arquiteto Lúcio Costa - o mesmo arquiteto que criou Brasília. Colocada entre a zona sul da cidade e a Barra da Tijuca, a Rocinha se torna uma alternativa de moradia para a população mais pobre que encontra, nessa nova fronteira de expansão urbana, oportunidades de trabalho, especialmente nos serviços e indústrias de construção.

Figura 1 - A favela da Rocinha, localizada na zona sul do Rio de Janeiro. Fonte: Google Earth, 10/2015.

Figura 2 - Vista de cima da Rocinha. No fundo, o bairro de São Conrado. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015.

A expansão da Rocinha está fortemente associada aos processos de migração interna no Brasil. Não seria exagero dizer que essa favela é um enclave do nordeste brasileiro, no Rio de Janeiro. Esta foi a conclusão obtida após a pesquisa feita pela associação de moradores local, a "União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha", no final de 1987 que revelou, de acordo com um dos diretores da entidade, que a Rocinha é a "capital do nordeste do Brasil, no Rio de Janeiro": de acordo com os dados obtidos, em cada grupo de 14 pessoas, oito vieram do Ceará e três, da Paraíba. No entanto, o expressivo crescimento populacional na Rocinha, nos últimos vinte anos, não foi acompanhado por ações de urbanização que permitam melhores condições de vida para seus habitantes. Em 2004, o governo do estado do Rio de Janeiro promoveu, com a colaboração do Instituto de Arquitetos do Brasil, um "Concurso de Ideias para a urbanização da Rocinha", com a seleção de uma equipe coordenada pelo arquiteto Luis Carlos Toledo. Quatro anos depois, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram iniciadas em três das maiores favelas do Rio de Janeiro. Com investimentos inicialmente previsto em US$ 1,2 bilhões, as comunidades do Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha seriam, de acordo com o governo, parcialmente transformadas em canteiros de obras até 2010. Entre as melhorias previstas no PAC estão a construção de cinco mil novas casas, oito escolas públicas e várias unidades de saúde, bem como um elevador e uma passarela projetada por Oscar Niemeyer. Apenas uma parte destas intervenções foi terminada, e a ausência de infraestrutura de esgoto ainda é uma realidade para os moradores da Rocinha.

A fim de desenvolver o nosso projeto de extensão acadêmica, entramos em contato inicialmente com o líder comunitário José Martins de Oliveira, da ONG Rocinha Sem Fronteiras, solicitando a nomeação de três famílias em um dos setores da comunidade, que poderiam estar interessadas em participar do projeto de extensão. Em uma reunião da ONG, que teve a participação de vários moradores para discutir a implantação controversa de um teleférico na comunidade, dois deles mostraram interesse. No entanto, devido à intensificação da violência na Rocinha - com vários tiroteios envolvendo traficantes de drogas e forças policiais - durante o período em que o projeto estava sendo implementado, só foi possível desenvolver o trabalho na residencia de uma das famílias, uma vez que estava localizada em um lugar distante de onde os conflitos estavam acontecendo - a família da Sra. Goretti.

Sra. Goretti era a proprietária de um pequeno terreno perto da Rua 4 - uma das principais ruas da Rocinha -, onde uma construção já havia começado. Ela nos levou ao local e apresentou suas demandas (Figuras 3 e 4): queria preservar a estrutura existente de concreto, paredes e laje. Sua intenção era construir um edifício térreo e mais dois

pavimentos. No térreo, ela viveria com um filho, o segundo andar seria alugado para gerar renda à família e a cobertura seria uma área de serviço comum à todos os moradores. A Sra. Goretti, inicialmente, tinha os recursos apenas para construir o piso térreo e, no futuro, de acordo com suas possibilidades, ela concluiria as etapas restantes da construção. O levantamento da construção existente (Figuras 5 e 6) apontou alguns problemas: 1) a falta de informação sobre as características das fundações não permitiram avaliar se seriam capazes de suportar as cargas esperadas - 2 pisos; 2) a laje tinha infiltração, no entanto, seria possível recuperá-la; 3) a construção existente ocupava totalmente o solo, o que exigiria a abertura de janelas para as áreas circundantes; 4) A configuração irregular do terreno, com dimensões extremamente pequenas para atender às necessidades de programa solicitado. Estas situações são frequentes na Rocinha, como em outras favelas, o que tornou o caso da Sra Goretti emblemático por exemplificar bem o que acontece nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Durante as reuniões em que o projeto foi discutido (Figuras 7 e 8) - em um restaurante na parte inferior da comunidade, o bairro Barcelos - percebemos que a nossa cliente tinha uma concepção do que deveria ser construído, como resultado de seus pontos de vista e opiniões de um trabalhador da construção contratado que havia feito alguns serviços no local. A equipe nunca teve contato com esse profissional, embora tenhamos exigido isso várias vezes. Para discutir nossas propostas com a Sra. Goretti, utilizamos o programa de maquete eletrônica Sketch Up, por ser considerado o instrumento mais adequado para a compreensão do projeto arquitetônico.

Figuras 3 e 4 - A propriedade adquirida por Sra. Goretti. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015.

Figuras 5 e 6 - A equipe coleta informações sobre as características da edificação adquirida por Sra. Goretti. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015.

Figuras 7 e 8 - Discussão do novo projeto. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015**.**

O projeto arquitetônico apresentado integra os ambientes da sala e da cozinha – uma solução necessária, devido à reduzida área existente – proporcionando ventilação natural cruzada. Complementado o piso térreo, há a previsão de um quarto e banheiro. A alvenaria existente e parte da estrutura de concreto foram mantidas. O primeiro andar reproduz a mesma solução do pavimento térreo. No segundo andar, foi proposta uma área de serviço, comum aos dois pavimentos, que também poderia ser usado como uma área de lazer, para fazer um churrasco, por exemplo – algo comum na Rocinha e em outras favelas cariocas. As soluções apresentadas por nós, apesar de preencherem os pedidos feitos, foram questionados pela Sra. Goretti em alguns aspectos. A escada helicoidal proposta, por exemplo: Sra. Goretti preferiu uma escada convencional, embora suas dimensões fossem inadequados, considerando a ergonomia e gerando uma situação de risco. Outro ponto que ela discordou foi nossa recusa em fazer o novo edifício projetando sua área sobre a

propriedade vizinha e ao longo da rua. Neste caso, nós argumentamos que a área obtida seria muito reduzida e esta solução não só geraria conflitos com o vizinho, mas contribuiria para prejudicar as condições de iluminação e ventilação. Na última reunião, quando apresentamos a versão final do projeto, a moradora da Rocinha nos informou que, devido a problemas de saúde e financeiras, ela deixaria de realizar a construção do edifício. Ela decidiu fazer uma reforma na construção existente, a fim de ocupá-lo imediatamente, porque ela não podia continuar pagando aluguel.

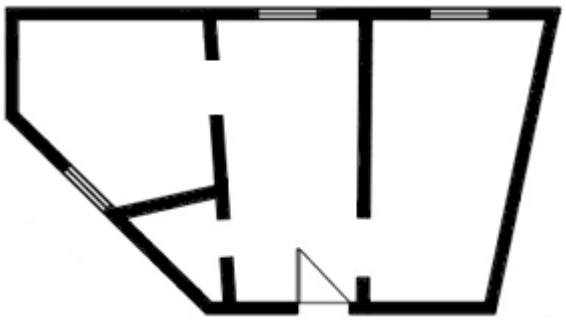


Figura 9 – Planta baixa do térreo - levantamento. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015.

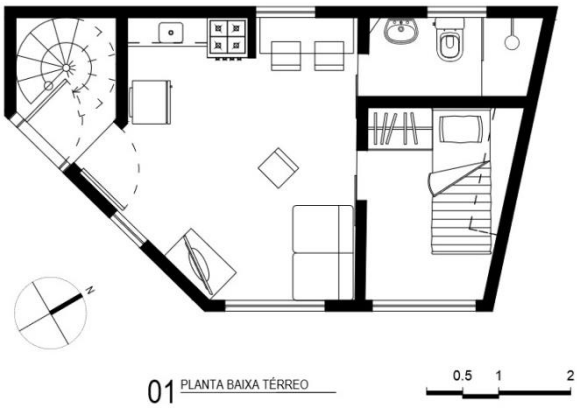


Figura 10 – Planta baixa do térreo - proposta. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015.

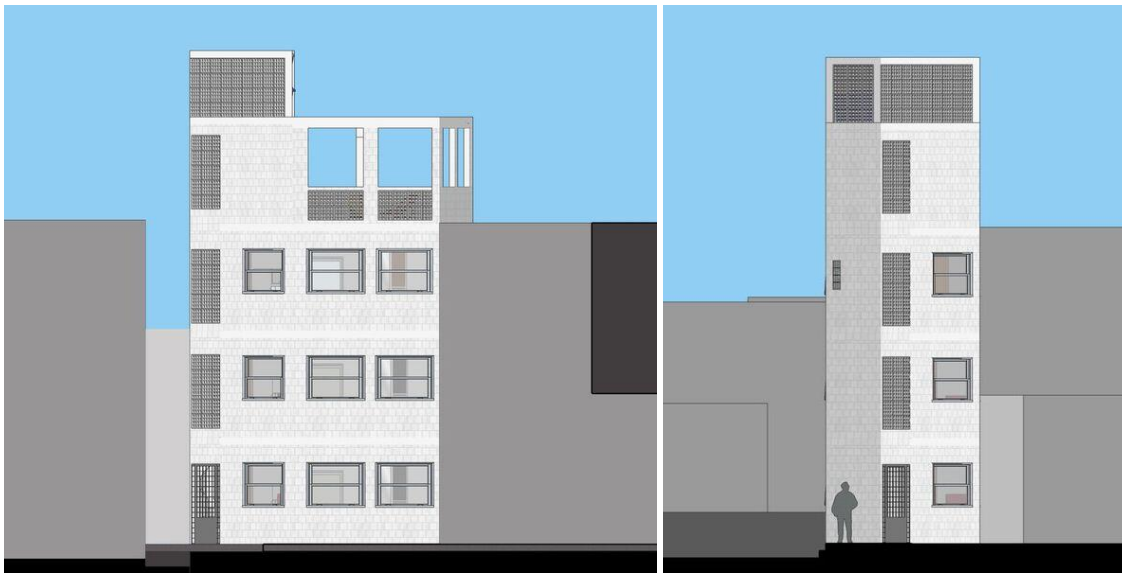


Figura 11 e 12 – Elevações visíveis a partir do beco de acesso. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015.

Figura 13 – Perspectiva da proposta – térreo e primeiro pavimento. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015.

Figura 14 – Perspectiva da proposta – segundo andar. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015.

Figura 15 – Inserção do edifício proposto no entorno. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015.

2.2 MORRO DO PALÁCIO

O Morro do Palácio localiza-se no bairro do Ingá, na região de planejamento das Praias da Baía de Niterói, uma das áreas mais valorizadas na cidade. O morro recebeu o nome "Palácio" em referência ao Palácio do Ingá, onde se localizava a antiga sede do governo estadual. Este edifício situa-se próximo ao entorno do morro. Como em outras áreas favelizadas, há uma predominância de moradias de baixo padrão construtivo, com predomínio da autoconstrução, que ocuparam espontaneamente o solo, servidas por infraestrutura precária, sendo ocupada por uma população de baixa renda. Seu acesso principal encontra-se ao lado da Faculdade de Direito da UFF, e as outras entradas são pelas encostas da Boa Viagem.

Figura 16 – Morro do Palácio, na cidade de Niterói. Fonte: Wikimapia, 05/2016.

A ocupação do morro se intensificou a partir dos anos de 1950, em decorrência de um loteamento mal sucedido para a área. Muitas áreas livres do loteamento aprovado para o morro ficaram sem destinação e com grande quantidade de áreas destinadas ao uso público, isso por não terem levado em consideração a questão topográfica do local, definindo um sistema viário tecnicamente de inviável implantação. Verifica-se a existência de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contudo esses serviços são prestados de modo deficiente. Os problemas com os serviços básicos decorrem da inexistência de um plano de ampliação das redes existentes e, também, devido ao aumento populacional.

A comunidade do Morro do Palácio recebe assistência médica através do Módulo do Médico de Família e por uma Creche Comunitária, localizada em um dos acessos ao morro. Além disso, foi uma das primeiras a receber obras do arquiteto Oscar Niemeyer, o Módulo de Ação Comunitária – conhecido como “Maquinho”. Este equipamento foi criado em 2008, para promover ações sociais com foco em artes para os moradores, relacionando suas atividades com aquelas realizadas no MAC. Na parte mais alta do morro há um campo de futebol, utilizado para atividades de lazer, sendo cercado por casas, um bar e pela sede da associação de moradores, além de ter uma visão privilegiada da baía de Guanabara. O contato com o Sr. Sr. Fabiano, morador do Morro do Palácio, se deu por intermédio de uma representante da associação de moradores. A casa foi herdada de sua avó e está situada próxima a um dos acessos do Morro, em uma rua íngreme e pavimentada. O terreno em que a casa está localizada possui um desnível e está assentada em um platô, na parte dianteira do terreno. A casa possui um pavimento e é composta por dois quartos, sala, cozinha e banheiro, tendo pé direito de 2,40 m e vãos insuficientes para ventilação.

Figura 17 e 18 – A equipe coleta informações sobre as características da edificação do morador Sr. Fabiano. Fonte: Acervo OPPHUS, 10/2015.

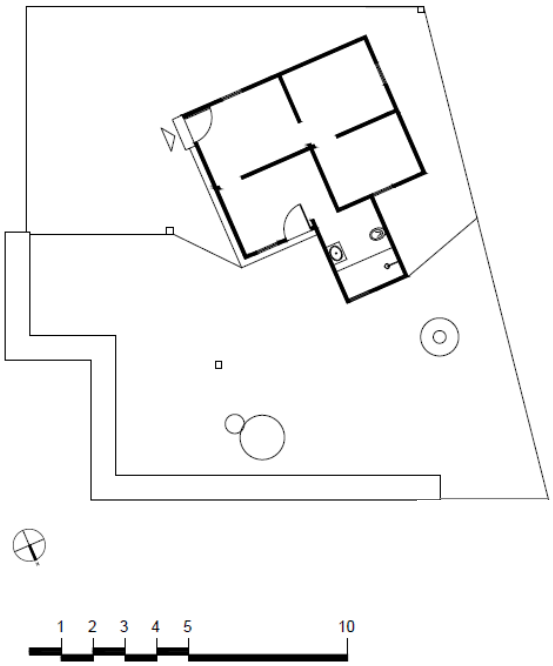


Figura 19 – Planta baixa da edificação existente
Fonte: Acervo OPPHUS, 05/2016.

Já no primeiro encontro, Sr. Fabiano apresentou as suas demandas: três quartos, sendo duas suítes – uma para o casal e uma para o filho portador de necessidades especiais (16 anos), um quarto para os dois filhos de sua companheira, cozinha, banheiro, e uma vaga de estacionamento – a casa e todo seu entorno deveriam garantir acessibilidade ao seu filho. A obra será realizada pelo próprio Sr. Fabiano, devendo prever a execução em etapas, de acordo com suas possibilidades financeiras. Foi solicitado que o banheiro existente na casa não fosse demolido, uma vez que já possuía estrutura de concreto armado, acabamentos e havia sido recém construído.

A partir dessa demanda, o grupo desenvolveu um primeiro estudo, que foi apresentado a Sr. Fabiano, através de plantas baixas e maquete física. A casa projetada se desenvolve em um único pavimento, tendo sido considerados princípios de conforto ambiental, de modo a promover melhores condições de ventilação e de iluminação, além de atender às questões de acessibilidade, em respeito às demandas do filho de Sr. Fabiano. Para melhor visualização e compreensão da proposta, foi apresentada uma maquete física.

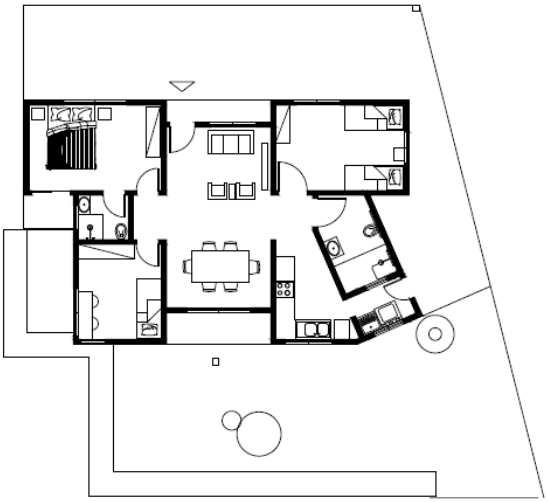


Figura 20 – Planta baixa do primeiro estudo apresentado.

Fonte: Acervo OPPHUS, 05/2016.

Figura 21 – Maquete física do primeiro estudo apresentado.

Figura 22 – Apresentação da primeira proposta ao morador.

Fonte: Acervo OPPHUS, 05/2016.

Esse primeiro estudo foi objeto de considerações por Sr. Fabiano, que, embora satisfeito com a solução apresentada, solicitou a criação de um terraço, cujo acesso deveria ser independente, abrigando uma área de recreação para sua família, além de um espaço mais amplo de serviço.

A partir das demandas feitas por Sr. Fabiano, a equipe desenvolveu um novo estudo, no qual foi mantido o programa original, com a inserção do terraço solicitado. À semelhança do que havia sido apresentado no projeto anterior, foram mantidas as soluções voltadas para assegurar um melhor desempenho, no que diz respeito ao conforto térmico, e a garantia de condições satisfatórias de acessibilidade. O sistema construtivo adotado é aquele mais

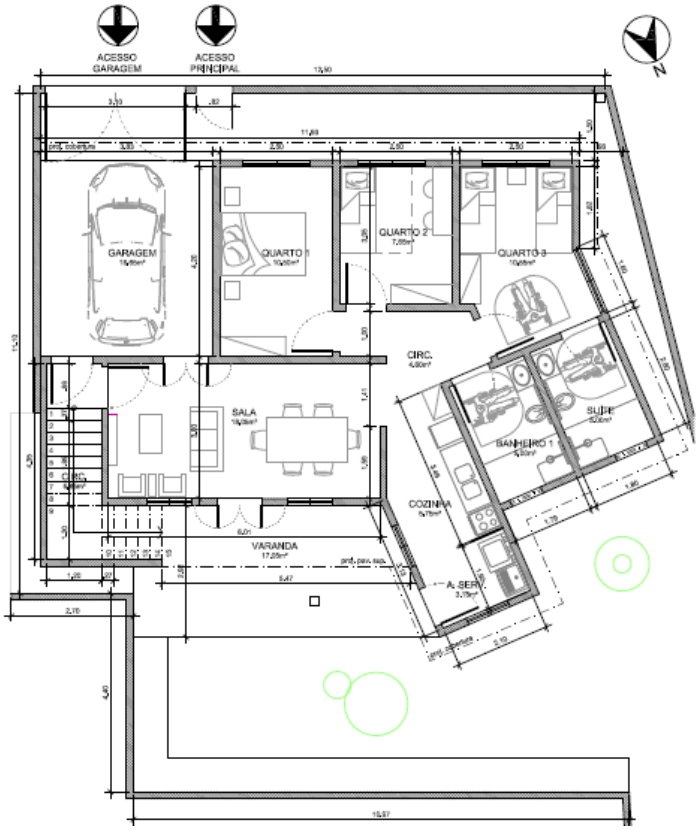
usual na comunidade: estrutura de concreto armado, laje pré-fabricada e tijolos cerâmicos de vedação. O projeto procura, ainda, dialogar com a arquitetura vernacular, presente nas edificações existentes no Morro do Palácio, apresentando, contudo, uma solução de composição mais elaborada, que pretende contribuir com novas referências para os moradores da comunidade.

Figura 23 – Perspectiva geral da proposta – térreo e primeiro pavimento.

Fonte: Acervo OPPHUS, 06/2016.

Figura 24 – Apresentação da segunda proposta ao morador.

Fonte: Acervo OPPHUS, 06/2016.



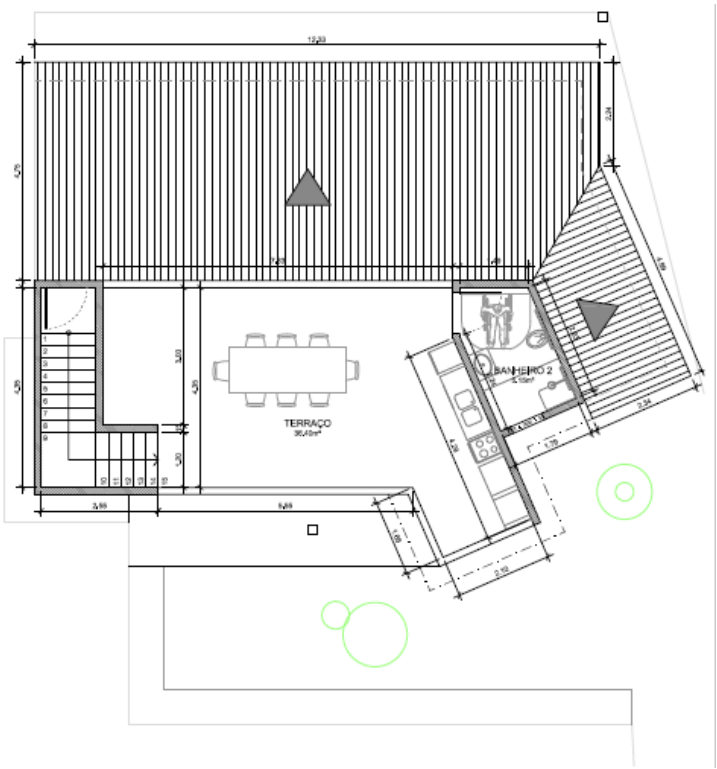


Figura 25 e 26 – Plantas baixa do segundo estudo apresentado.

Fonte: Acervo OPPHUS, 05/2016.

Figura 27 – Fases de execução das obras: construção (em vermelho) e demolição (em amarelo).

Fonte: Acervo OPPHUS, 06/2016.

Figura 28 e 29 – Elevações visíveis a partir da rua de acesso, sendo a segunda sem o muro.

Fonte: Acervo OPPHUS, 06/2016.

Figura 30 e 31 – Elevação a partir dos fundos do lote, e elevação a partir da lateral esquerda.
Fonte: Acervo OPPHUS, 06/2016.

5. CONCLUSÕES

Em nossos trabalhos na Rocinha e no Morro do Palácio, observou-se a relevância da adoção de diferentes meios de representação do projeto, a fim de permitir uma melhor compreensão da proposta de construção. Neste sentido, a utilização de modelos físicos e eletrônicos mostrou-se importante para uma melhor compreensão da proposta por parte dos moradores envolvidos.

Outro ponto a ser observado foi a constatação de que existem práticas de construção enraizadas entre os moradores, que tornam mais difícil a adoção de soluções construtivas mais adequadas do ponto de vista técnico. Na Rocinha, por exemplo, o uso frequente de escadas cujo dimensionamento de piso e espelho não correspondem às normas técnicas usuais, em função da exiguidade do espaço disponível para construir, faz com que haja uma "naturalização" dessa solução imprópria, no que se refere à ergonomia – o que fez com que Dona Goretti relutasse, inicialmente, em aceitar a proposta de uma escada helicoidal. Do mesmo modo, nas discussões com Dona Goretti, sobre a configuração dos compartimentos, aspectos associados à iluminação e ventilação eram colocados por ela em segundo plano, para priorizar ganhos de área, ainda que mínimos – algo que exigiu da equipe um maior esforço no sentido de explicitar o significado de afastamentos mínimos e de vãos adequadamente dimensionados, para promover melhores condições de salubridade. Por sua vez, no Morro do Palácio, Sr. Fabiano, em um dos encontros de discussão do projeto, solicitou a pavimentação de todo o seu lote - uma prática comum na comunidade -, porque "não gostava de plantas". Essa posição fez com que o grupo contra argumentasse,

chamando atenção para as implicações dessa decisão, não apenas para o conforto térmico da moradia, como também pelo que representava como contribuição para a saturação da rede de drenagem existente na comunidade – Sr. Fabiano concordou em discutir uma proposta que compatibilize seu desejo e as questões apresentadas pela equipe. Em ambos os casos, ficou flagrante a necessidade do diálogo voltado para conciliar o saber técnico e o saber popular.

Também nesses contatos, observou-se uma dificuldade de compreensão sobre o papel do arquiteto e do projeto da edificação, no processo de construção de moradias; uma vez que grande parte das casas, nessas comunidades, são construídas sem a assistência técnica adequada.

No que diz respeito ao desenvolvimento dos projetos que apresentamos neste estudo, há que apontar, ainda, os diferentes cenários de realização desses dois trabalhos. No caso da Rocinha, o quadro de violência existente nessa comunidade, por ocasião desenvolvimento do projeto, foi um fator que comprometeu a continuidade das atividades, com a suspensão de encontros agendados com a Sra. Goretti e a consequente dilatação dos prazos inicialmente acordados. No Morro do Palácio, por sua vez, a proximidade com a Escola de Arquitetura e Urbanismo, a inexistência de uma situação de violência tão acirrada como na Rocinha e a determinação de Sr. Fabiano em construir sua casa, para abrigar a nova família, contribuíram para um melhor desenvolvimento dos trabalhos do grupo.

Por fim, espera-se que atividades de assistência técnica, como a realizada nessas duas comunidades, possam contribuir para a propagação de práticas construtivas, que promovam melhores condições de habitabilidade e o reconhecimento da relevância da assistência técnica.

BIBLIOGRAFIA

Salazar, J., Stroher, L., 2014. Assistência Técnica e Direito à Cidade, Publicação Especial da Oficina de Assistência Técnica e Direito à Cidade. Rio de Janeiro, 2014.

Fonseca, Marcelo Silva da. Projeto de desenvolvimento comunitário no Morro do Palácio: proposta para uma gestão ambiental a nível local. X Encontro Nacional da Anpur. ST3,6. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/2053/2013>, acessado em 25/05/2016.

Ministérios das Cidades, 2015. Disponível em <www.cidades.gov.br/>, acessado em 25/05/2016.